



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

Relatório INSP-2024-0052
BI-2024-0058

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 16/05/2024 **Hora:** 11h00 **Tipo:** Ação Direta

Motivo da inspeção: Extraordinária

Inspetor responsável: Luís MAS. Machado

Outros inspetores da IRA: -

Descrição da inspeção:

Inspeção realizada no âmbito da operação Augias24 - Fase II da GNR.

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 30.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2021/A, de 8 de julho. No local foi contactado o diretor da fábrica, que forneceu os esclarecimentos e documentação solicitados.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Sociedade Corretora, Lda. **NIPC/NIF:** 512006091

Sede/morada: Rua Hintze Ribeiro, n.º 34

Código Postal: 9500-049 **Freguesia:** Ponta Delgada (São Sebastião)

Concelho: Ponta Delgada **Ilha:** Ilha de São Miguel

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Fábrica de Conservas de Vila Franca do Campo

Endereço: Rua do Baixio, n.º 2

Código Postal: 9680-138 **Freguesia:** Vila Franca do Campo (São Miguel)

Concelho: Vila Franca do Campo **Ilha:** Ilha de São Miguel

Atividade principal: 10203 - Conservação de produtos da pesca e da aquicultura em azeite e outros óleos vegetais e outros molhos

Outras atividades: -

Período de funcionamento: 7h00 às 16h00, de 2.ª a 6.ª feira



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

Licenciamento da atividade: N.º Controlo Veterinário C 215 1 P; Licença Sanitária N.º 66/2005



Figura 1 - Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Situação observada

2.1 – Antecedentes

Auto notícia resultante da inspeção INSP-2023-0006, por violação da obrigação da realização da monitorização pontual, a realizar duas vezes em cada ano civil, com um intervalo mínimo de dois meses entre medições, das emissões de poluentes que possam estar presentes no efluente gasoso da caldeira n.º 2, uma vez que apenas efetuaram uma monitorização pontual à caldeira n.º 2 no ano civil de 2022 e que resultou na instauração do Processo Contraordenação n.º PCO-2023-0055.

De referir que, de acordo com a comunicação da DRA remetida ao operador em 24/09/2020 e com a referência SAI-DRA/2020/4235, a caldeira n.º 1 apenas teria de ser monitorizada em 2023.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

2.2 – Descrição da situação observada

Na deslocação ao estabelecimento industrial verificou-se que o mesmo se encontrava em laboração, com a caldeira n.º 2 em funcionamento.

No âmbito dos resíduos, verificou-se falta de organização e algumas falhas no armazenamento e acondicionamento dos resíduos produzidos, sem a devida identificação - nome comum e código LER, nomeadamente: resíduos perigosos líquidos e absorventes contaminados; acumuladores usados; lâmpadas fluorescentes; resíduos ferrosos e não ferrosos e embalagens (papel/cartão, plástico, metal e madeira).

Na zona exterior, na traseira da sala das caldeiras, verificou-se a existência de várias tipologias de resíduos, sem estarem devidamente armazenados e acondicionados, nomeadamente: embalagens de madeira; lâmpadas fluorescentes; madeira; sacas com cinzas das caldeiras e embalagens de metal (lata de tinta).

Foi verificado o sistema de armazenamento das gorduras, provenientes da zona de cozedura, e o seu encaminhamento para OGR. O sistema de armazenamento é constituído por duas fossas estanques.

2.3 – Outras informações obtidas

Foi remetido um email ao operador, em 17/05/2024, a solicitar a apresentação de documentos e informações complementares, nomeadamente:

1. Relatórios das monitorizações atmosféricas realizadas em 2022, 2023 e 2024, para as caldeiras 1 e 2;
2. Comprovativo da comunicação dos resultados das monitorizações atmosféricas à DRAAC e eventual resposta por parte da autoridade ambiental;
3. Ofício da DRAAC a isentar uma das caldeiras de monitorização;
4. Cópia dos registos de arranque das caldeiras de 2024;
5. Declaração atualizada da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo a autorizar a descarga das águas residuais industriais no coletor municipal;
6. Certificado válido da SPV para 2024;
7. Últimas e-GARs relativas ao encaminhamento para destino adequado das seguintes tipologias de resíduos: gorduras; resíduos de fuel e outros combustíveis; absorventes contaminados; cinzas; óleos minerais usados; resíduos de embalagens; resíduos ferrosos e não ferrosos;
8. Comprovativo (fotografias) do correto armazenamento e acondicionamento dos resíduos produzidos, com a devida identificação - nome comum e código LER, nomeadamente: resíduos perigosos líquidos e absorventes



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

contaminados em bacia de retenção; acumuladores usados em recipiente estanque adequado; lâmpadas fluorescentes em local adequado; resíduos ferrosos e não ferrosos e embalagens (metal e madeira).

O operador respondeu em 07/06/2024, e, após a análise da informação e documentos remetidos, verificou-se o seguinte:

- I. Relativamente às monitorizações das emissões atmosféricas, apenas apresentaram a 1.ª campanha de 2022, realizada a 28/06/2022 – Relatório da Pedamb n.º MG585-1./22, em que cumpria os VLE para todos os poluentes analisados. Esse relatório foi submetido à DRAAC no DO.IT em 23/08/2022 através do formulário com a referência n.º DSQA-EG/2022/118. Não foi comprovada a realização de nenhuma monitorização atmosférica durante o ano de 2023 e referiram que tinha sido realizado, em 20/05/2024 uma monitorização, estando a aguardar o resultado. De referir que, de acordo com a comunicação da DRA remetida ao operador em 24/09/2020 e com a referência SAI-DRA/2020/4235, a caldeira n.º 1 teria de ser monitorizada em 2023, pelo que nesse ano deveriam ter ocorrido duas monitorizações pontuais a cada uma das caldeiras (Caldeira n.º 1 e n.º 2);
- II. Apresentaram os registos de arranque das caldeiras ocorridos em 2024, mais especificamente entre 02/01/2024 e 23/05/2024, sendo possível verificar que a caldeira n.º 1 apenas funcionou duas vezes nesse período (17/05 e 20/05) e que não houve registo de nenhuma reclamação;
- III. Apresentaram a declaração, emitida em 29/05/2014 pela Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, na qualidade de entidade gestora do sistema público de recolha e tratamento das águas residuais do concelho de Vila Franca do Campo, a declarar que recebe na rede pública as águas residuais provenientes desta instalação industrial;
- IV. Remeteram o certificado da Sociedade Ponto Verde (SPV) n.º 2024/0006532, referente ao contrato de embalador n.º EMB/0020981;
- V. Enviaram as e-GARS relativas ao encaminhamento, em 2023 e 2024, para destino adequado as seguintes tipologias de resíduos: 190809 – Mistura de gorduras e óleos alimentares; 130701* - Resíduos de fuel e gasóleo; 150202* - absorventes contaminados; 100104* - cinzas volantes; 150104 – embalagens de metal; 150103 – embalagens de madeira; 1201001 – aparas e limalhas de metais ferrosos; 200140 – metais; 200121* – lâmpadas fluorescentes;
- VI. Remeteram fotografias, comprovando o correto armazenamento e acondicionamento de algumas das tipologias de resíduos produzidos, com a devida identificação - nome comum e código LER, nomeadamente: resíduos perigosos líquidos (fuelóleo e óleos usados) em bacia de retenção; cinzas volantes; acumuladores usados em



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

recipiente estanque; lâmpadas fluorescentes em local adequado e resíduos de embalagens (papel/cartão, vidro, metal e madeira), bem como da limpeza da zona exterior, localizada na traseira da sala das caldeiras.

3 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

Violação da obrigação da realização da monitorização pontual, a realizar duas vezes em cada ano civil, com um intervalo mínimo de dois meses entre medições, das emissões de poluentes que possam estar presentes no efluente gasoso das caldeiras n.º 1 e 2, uma vez que não foram comprovadas a realização de nenhuma monitorização atmosférica durante o ano civil de 2023. Esta situação viola o disposto no n.º 1 do artigo 53.º do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012/A, de 13 de julho, constituindo contraordenação ambiental leve prevista pela alínea b) do n.º 1 do artigo 93.º, do mesmo diploma, sendo punível nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006 de 29 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €2 000 a €36 000.

4 – Indicações e medidas adotadas

Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☐ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☐ Outra:

Ponta Delgada, 13 de agosto de 2024

O Inspetor Principal